

# **SOBRE A INFREQUÊNCIA DE ALUNOS NO ENSINO MÉDIO NUMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DO MARANHÃO**

*Mayjara Rego Costa<sup>1</sup>*

*Eusanir dos Santos Guimarães<sup>1</sup>*

*Sílvia Maria Oliveira da Rocha<sup>1</sup>*

## **Resumo**

O presente trabalho aborda a infrequência de alunos do ensino médio numa escola pública estadual do Maranhão. Trata-se da necessidade de analisar esse problema, diagnosticar as principais causas e propor medidas que diminuam ou erradiquem a infrequência na rede escolar. A pesquisa é de caráter qualitativo, realizada por meio de questionário, com a coleta de informações junto aos alunos. Esta investigação apontou que a infrequência dos alunos, nessa escola, é proveniente de causas diversas – econômica, social, motivacional – ao demonstrar a complexidade desta problemática. Para a resolução desse problema, faz-se necessária a conscientização e uma ação conjunta dos profissionais educacionais, alunos e família sobre a importância da educação e o quanto a infrequência é prejudicial para o processo de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Infrequência. Educação. Escola. Família.

## **Abstract**

This paper addresses the infrequency of high school students in the State Public network. This is the need to analyze this problem, diagnose root causes and propose measures that reduce or eradicate infrequency in this school. The research is qualitative, conducted through a questionnaire, to collect information from students. This research showed that the infrequency of students in this school has several aspects, economic, social, motivational, to demonstrate the complexity of this problem. To solve this problem, it is necessary awareness and joint action by educational professionals, students and family about the importance of education and how the infrequency is detrimental to the teaching-learning process.

**Keywords:** Infrequency. Education. School. Family.

## **1 INTRODUÇÃO**

Tem-se observado nas escolas públicas, em especial uma escola de ensino médio no Maiobão, Paço do Lumiar-MA, um grande número de alunos do

---

<sup>1</sup>Alunas concluintes do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão, Supervisão e Planejamento Educacional do Instituto de Ensino Superior Franciscano – Paço do Lumiar-MA.

ensino regular que frequentam a escola de forma inconstante. Faz-se necessário enfatizar que esse problema apresenta diversas origens, como a desmotivação frente ao ensino, estrutura física da escola – alvo de reclamações e reivindicações de melhorias –, ausência da família no acompanhamento do aluno, indisciplina e falta de diálogo entre aluno e escola.

Diante dessa situação, chegou-se ao seguinte problema: como mudar o quadro de infrequência e possibilitar a frequência efetiva em sala de aula?

Na busca por resposta para esse problema, parte-se do objetivo geral, que é formular uma proposta pedagógica de ensino que conscientize os sujeitos envolvidos sobre a importância da escola para a formação do cidadão para o mundo do trabalho. Trata-se de uma reflexão acerca da necessidade de uma mudança no quadro de infrequência desses alunos em sala de aula.

De acordo com a Taxionomia de Vergara (2003), a pesquisa se classifica da seguinte maneira: quanto aos fins, é *explicativa* e *aplicada*. *Explicativa*, porque busca uma relação causa-efeito para a atual situação de infrequência de alunos na escola e a maior acentuação em algumas disciplinas. *Aplicada*, por se tratar de um problema concreto, que precisa de elaboração de uma proposta para ser resolvida.

Quanto aos meios, a pesquisa é *bibliográfica*, *de campo* e *de estudo de caso*. *Bibliográfica*, em face da necessidade de se recorrer a uma vasta literatura, livros, periódicos, revistas, hipertextos, entre outros, para a elaboração do referencial teórico do trabalho e confrontação com as informações da realidade encontrada no campo de pesquisa, na escola. *De campo*, por se considerar que o objeto investigado é algo concreto que se manifesta no ambiente escolar que necessita de uma pesquisa *in loco*. *Estudo de caso*, por ser circunscrita a uma unidade e pelo caráter de profundidade e detalhamento do tema proposto.

Acredita-se que a participação dos sujeitos envolvidos no ambiente escolar – alunos, professores, supervisores pedagógicos, diretores e família – é indispensável na resolução deste problema que afeta um número expressivo de instituições de ensino da rede pública.

A pesquisa é relevante pela sua importância, que reside no fato de que o fenômeno da infrequência mostra-se extremamente prejudicial ao ensino-aprendizagem. Atenta-se para o fato de que a infrequência, antes uma problemática restrita ao Ensino de Jovens e Adultos (EJA), atinge também o ensino regular, como

no caso deste estudo, o ensino médio, última etapa da educação básica e momento crucial para a vida dos adolescentes, com relação ao seu desenvolvimento educacional e profissional.

Nessa premissa, analisam-se as diversas literaturas que tratam do tema; em seguida, diagnosticam-se as principais causas relacionadas à situação da infrequência dos alunos na rede estadual de ensino; e, por fim, propõem-se medidas efetivas que diminuam ou erradiquem a infrequência.

## 2 HISTÓRICO DO PROBLEMA

A educação é um direito social, aparado por lei e efetivado pelo Estado como serviço público de qualidade, que promove a realização plena do ser humano e desenvolvimento de um país. A Constituição brasileira postula no artigo 205 que

a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Da desvinculação dos preceitos religiosos à vinculação ao Estado, o ensino brasileiro passou por modificações no que respeita a sua estrutura e funcionamento. Instituído pelos jesuítas no período colonial, o ensino teve um caráter repetitivo, rigidez disciplinar, ética religiosa, o que se configurou num mecanismo de reprodução social elitista.

Essa configuração permaneceu até 1759, época da expulsão dos jesuítas da colônia e instituição das aulas régias, um estilo de ensino que guardava ainda a influência dos antigos métodos jesuíticos. A educação brasileira persistia com sua estrutura seletiva e elitista, ao visar apenas à formação da classe abastada para o ingresso no ensino superior.

De acordo com Nascimento (2007, p. 79), a educação brasileira, durante os períodos colonial e imperial, tinha por finalidade “a formação da elite da sociedade para o exercício das atividades político-burocráticas e das profissões liberais com o predomínio de um ensino humanístico e elitista”. Para o autor, essa situação se transformou nas últimas décadas do século XIX, gerada pela abolição da escravatura, introdução de mão de obra imigrante e do regime de trabalho assalariado, e culminou, com a proclamação da República, na industrialização nascente e na expansão do capitalismo internacional.

Com a Revolução de 1930, algumas transformações significativas aconteceram no sistema educacional, como a criação do Ministério da Educação e a divisão entre ensino primário e ensino secundário<sup>2</sup>. Por meio da Lei nº 5.692/71, a estrutura do ensino foi alterada, mediante a unificação do ginásio e primário, denominado primeiro grau, com oito anos de duração, e o segundo grau, referindo-se ao antigo colegial, com três anos de duração.

As escolas de segundo grau deveriam garantir uma qualificação profissional, nível técnico, com quatro anos de duração, ou auxiliar técnico, três anos. Sobre essas mudanças, Pinto (2002, p. 55) afirma que:

o objetivo por este novo desenho do ensino médio, com um caráter de terminalidade dos estudos, foi o de reduzir a demanda para o ensino superior e tentar aplacar o ímpeto das manifestações estudantis que exigiam mais vagas nas universidades públicas.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/96, referente a Leis de Diretrizes Básicas para a Educação (LDB), consolidaram conquistas como a efetividade do direito à educação e a ampliação da oferta do ensino médio público, ao garantir a formação para exercício da cidadania e progressão no trabalho e estudos posteriores. O dever do Estado seria fornecer o ensino médio gratuito a toda população que já tenha concluído as etapas iniciais da educação básica.

Na atualidade, concebe-se o ensino médio brasileiro como uma modalidade educacional dividida entre preparação para o ingresso no ensino superior e inserção no mercado de trabalho. Esse dualismo expressa demandas sociais pautadas pela divisão social do trabalho, num estilo de ensinar historicamente seletivo, ao intensificar as desigualdades sociais.

Todavia, esse quadro de conquistas da educação brasileira choca-se com o problema infrequência escolar, por parte dos alunos que cursam o ensino regular no Brasil, ao focar, nesta pesquisa, a etapa do ensino médio. A questão da infrequência já é considerada uma preocupação nacional nas discussões e pesquisas educacionais e afeta principalmente estudantes de classes sociais mais baixas.

A análise de Queiroz et al. (2010) propõe a compreensão dos desafios postos a esta modalidade de ensino, entre eles, a legislação educacional e suas

---

<sup>2</sup>O ensino primário era compreendido por quatro anos; já o ensino secundário possuía duração de sete anos, dividido em ginásio, com quatro anos de duração, e colegial, com três anos.

conquistas, os problemas da infrequência e evasão escolar. Constatou-se que nas últimas décadas houve um crescimento do número de matrículas no ensino médio, devido à ampliação da disponibilidade desta modalidade de ensino, sendo a rede estadual a que mais apresentou essa ampliação, pela maior procura dessa etapa pela população.

Já Nascimento (2007) afirma que o crescimento do número de matrículas no ensino médio deve-se à quase universalização do ensino fundamental, na faixa de 7 a 14 anos, e à maior exigência de escolarização no recrutamento para os postos de trabalho de jovens entre 15 e 17 anos. Em continuidade sobre essa questão, o autor observou que os jovens têm permanecido na escola devido à escassez de empregos e à requisição de escolaridade imposta pelas empresas para a contratação de novos trabalhadores.

Contudo, segundo dados do INEP apresentados por Pinto (2002, p. 73), “no Brasil metade dos jovens brasileiros entre 15 e 19 anos, estavam matriculados no ensino médio”. Isso decorre do alto número de reprovações durante o ensino médio, além do retorno de alunos que haviam abandonado a escola em virtude do ingresso no mercado de trabalho.

Esse fato implica a baixa qualidade na aprendizagem, com alunos desmotivados, infrequência crescente, abandono escolar, reprovações e o não cumprimento da função social da escola, que é levar o aprendizado aos seus estudantes. Outro dado interessante é a porcentagem de estudantes matriculados em cada série do ensino médio, sendo a 1ª série a que apresentou a maior porcentagem de desistências e reprovações, que diminuem o número de alunos nas séries seguintes.

No entender de Costa Silveira e Tibiriça (2010), “quase metade dos alunos matriculados no ensino médio não conseguem concluí-lo e essa problemática é maior ainda no ensino de jovens e adultos”. De acordo com as pesquisas, os principais motivos para a desistência ou infrequência foram a necessidade de cuidar de filhos ou parentes, dificuldades em conciliar atividades escolares e trabalho, a desigualdade social e fracassos anteriores no ambiente social e escolar (COSTA SILVEIRA; TIBIRIÇA, 2010).

Em face do exposto, a problemática da infrequência dos alunos no ensino médio é conflitante com as concepções apresentadas pela legislação brasileira

educacional sobre a necessidade de garantir esse direito por acesso e permanência na escola. Esse conflito refere-se aos princípios assegurados pela Constituição Federal no artigo 208, que propõe “a igualdade de condições de acesso e a permanência dos alunos na escola” (BRASIL, 1988). As Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (1996) reafirmam a responsabilidade do Poder Público de zelar, juntamente com os profissionais da educação e família, pela frequência dos alunos, sendo importante, por parte das instituições escolares, a conscientização das famílias sobre a responsabilidade no acompanhamento dos filhos e a prestação de informações sobre a condição da frequência escolar.

Cabe ressaltar a escassez de pesquisas e bibliografia sobre a problemática da infrequência dos alunos na rede pública de ensino. Isso se mostra como uma dificuldade tanto de compreensão do problema quanto da formulação de projetos para sua resolução.

### **3 DO PROBLEMA À AÇÃO METODOLÓGICA**

A infrequência é um dos muitos problemas presentes no ambiente escolar, não restrito aos educandos, mas que envolve os demais atores – professores, direção da escola, coordenação, supervisão e secretaria –, pela carência de alternativas que visam manter os alunos na escola. A legislação educacional brasileira defende a igualdade de condições para o acesso e permanência dos alunos na escola, além de tratar sobre o dever do Estado com a educação, ao determinar que esse dever seja efetivado mediante várias garantias de acessibilidade à escola.

Ainda, segundo a legislação vigente, cabe ao Poder Público zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola, sendo que este dispositivo não é restrito aos diretores, coordenadores e professores, enquanto agentes do poder público, mas uma tarefa por parte da família. A LDB, Capítulo II, art. 24, inciso VI assegura que “[...] o controle da frequência fica a cargo da escola, conforme disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para a aprovação [...]” (BRASIL, 1996).

Pensar nas condições de permanência do aluno no ambiente escolar, amenizar a infrequência e combater outros problemas graves como evasão instigou

uma pesquisa na escola. Para conhecer e analisar as possíveis causas dessa problemática, não se pode restringir as atitudes de evocar leis e questioná-las, mas refletir e conscientizar a participação dos profissionais da educação e da família para viabilizar formas de solucionar o problema da infrequência.

O que se pretendeu foi avaliar qualitativamente os alunos, por meio de suas opiniões sobre a escola em diversos fatores, por meio do levantamento dos resultados do questionário, juntamente com a observação do cotidiano escolar, para uma melhor compreensão das principais causas responsáveis pela infrequência.

A pesquisa foi realizada numa escola estadual de ensino médio, no bairro Maiobão, município de Paço do Lumiar-MA, durante o turno vespertino, e contemplou os alunos da 2ª série do ensino médio, num total de 87 alunos, entre 16 e 18 anos. A escolha desta série ocorreu devido à grande ocorrência de alunos infrequentes.

Considera-se, para fins desta pesquisa, como referência para a análise da infrequência, o comparecimento em menos de 75% das aulas ministradas durante os dois primeiros bimestres, corte temporal escolhido para a pesquisa. Esse conceito corrobora o que é exposto pela LDB com relação ao controle da frequência e a exigência mínima de comparecimento, conforme disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino (BRASIL, 1996).

A análise das respostas visava ao confronto da realidade com as opiniões de alunos que frequentam a escola, segundo questionário elaborado com oito perguntas, sete objetivas e uma subjetiva, como também à observação do registro dos dois bimestres para constatar a situação da frequência dos alunos participantes da pesquisa. Esse questionário foi distribuído em folha impressa, com questões que traziam alternativas para os alunos marcarem com um “X”, de acordo com seu julgamento e a indicação dos motivos pelas ausências/faltas prolongadas na escola.

Esse formulário foi entregue aos alunos presentes, respondido em aula, de forma individual. Ou seja, a todos os alunos que foram convidados a responder à pesquisa e aceitaram espontaneamente, ao se destacar a importância da temática.

A primeira questão referia-se ao contentamento dos alunos em relação à escola que estudavam, se gostavam ou não de estudar na instituição. Do total de

discentes, 67 % (59)<sup>3</sup> consideraram gostar de estudar na escola em questão e 33% (28) disseram que não. A segunda interrogava se eles estavam ou não motivados a ir à escola, sendo que a maioria respondeu que sim, 75% (66), e o restante respondeu que não, 25% (21).

Em continuidade, na terceira questão, pediu-se a listagem dos possíveis motivos de ausências/faltas dos alunos na escola num determinado momento. De acordo com os dados obtidos na pesquisa, os principais fatores que convergem para possíveis causas da infrequência desses jovens no ensino médio são os seguintes:

- a) problemas familiares;
- b) aluno trabalhador;
- c) problemas de saúde;
- d) desgaste físico e mental;
- e) falta de estímulo;
- f) condições econômicas e sociais;
- g) dificuldades de aprendizagem;
- h) baixa autoestima;
- i) dificuldades de relacionamento com alguns professores, justificado pelo despreparo para trabalhar as especificidades;
- j) falta de segurança na escola, originada principalmente pelas drogas;
- k) professor desmotivado;
- l) distância da casa para a escola e falta de transporte (atrasos e condições do trajeto);
- m) estrutura precária da escola;
- n) oportunidades de emprego e/ou cursos profissionalizantes.

A quarta questão indagou sobre a possibilidade de mudança de escola; neste caso, 78 % (68) responderam que sim e 22% (19), não. A quinta questão referiu-se às aulas dos professores, cujas respostas apontaram a satisfação de boa parte dos alunos, um percentual de 80% (70), e a insatisfação foi de 20% (17).

A sexta questão explorou a hipótese de uma oportunidade de emprego, em que a maioria optou pela possibilidade de abandonar os estudos, caso fosse necessário assumir um emprego: 55% (60) responderam que sim e 45% (27), não. A

---

<sup>3</sup>Apresenta-se entre parênteses o número de alunos que representam o percentual apresentado na pesquisa.

sétima questão requereu a avaliação da merenda da escola, classificada pelos seguintes quesitos:

- a) Excelente: 1% - (1);
- b) Boa: 19% - (17);
- c) Ruim: 24% - (21);
- d) Regular: 56% - (48).

Já a oitava questão foi referente à equipe diretiva. Os resultados apontaram que 48% (45) dos alunos estiveram insatisfeitos com a direção da escola e 52% (42) se disseram satisfeitos.

As respostas obtidas, juntamente com as informações dos registros de frequência e a observação e convivência com os alunos, foram de grande importância para conhecer o perfil do discente pesquisado da referida escola. Foram considerados os seguintes aspectos: origem social, situação familiar, condição econômica e demais fatores que possivelmente contribuem na compreensão da problemática da infrequência escolar.

Esses alunos são oriundos de famílias carentes, cujas residências encontram-se em áreas periféricas do município, distantes da escola, situação que dificulta a mobilidade no percurso entre casa e escola. Ressalta-se também que alguns alunos são advindos do interior do Estado, residindo em casa de parentes ou pessoas próximas às famílias, e que optaram pela mudança de domicílio como alternativa de melhoria de vida.

Participam também de programas assistencialistas, como o Bolsa Família<sup>4</sup>, visto como uma ajuda de custo e incentivo à permanência do aluno na escola. Essa renda é encarada por esses jovens como um adicional nas finanças familiares, pois grande dessas famílias é de baixa renda.

Boa parte dos alunos entrevistados mencionou a importância da escola para sua vida, seja por ser um espaço acolhedor, local de socialização ou benéfico ao seu desenvolvimento social. Cabe ressaltar o reconhecimento da importância de uma formação científica e cultural, como um meio de possibilitar a continuidade dos estudos e a qualificação para o mercado de trabalho.

---

<sup>4</sup>O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O recebimento do benefício está condicionado à frequência escolar dos estudantes.

Vale ressaltar que alguns alunos, apontados como os que mais apresentam um comportamento infrequente, encaram a escola como uma obrigação advinda das cobranças dos familiares e amigos em concluir os estudos e como algo para “matar o tempo”. Muitos permanecem por algumas horas na escola, chegando ao ponto de escolher o horário das aulas e/ou do professor que mais simpatizam, e logo após deixam o espaço escolar, retornando para casa ou outros locais com outros colegas que estão na mesma situação.

Esse fato prejudica a aprendizagem desses alunos, acarretando um acompanhamento deficiente e fragmentado, pelo longo tempo de ausência, alguns sendo de um mês. Essa postura infrequente desses alunos prejudica também o levantamento de informações por professores e demais profissionais da instituição, não restrito aos aspectos administrativos, burocráticos e quantitativos, pois esse levantamento sobre frequência e avaliações seria imprescindível para o conhecimento do problema.

Aponta-se para a questão do desconhecimento dos alunos no que diz respeito à importância da frequência para a aprendizagem, pois são alheios aos significados de frequência e infrequência. O pensamento vigente entre esses alunos em condição de baixa frequência é encarar os estudos pela forma simplista de obtenção de uma nota, desprezando aspectos qualitativos como assiduidade, participação, interesse e compromisso com suas atividades em sala.

Mesmo compreendendo a importância da escola para suas vidas, as dificuldades financeiras, instigam os alunos a procurar emprego e oportunidade de trabalho, mesmo em idade escolar. Tornam-se conflitantes as necessidades de estudar e trabalhar, como ficou demonstrado pela grande porcentagem de alunos que possivelmente optariam pelo abandono dos estudos por causa do surgimento de uma oportunidade de trabalho, postura esta que reflete a dificuldade em conciliar os estudos e o trabalho.

Os dados apontados sobre o trabalho dos professores, a aprendizagem, a organização da escola e a estrutura física foram relevantes para compreendermos que a infrequência pode abarcar situações diversas, como o sentimento de pertencimento à escola por parte dos alunos e a motivação em frequentar este espaço. Libâneo (2013, p. 219) destaca que as práticas de organização e gestão

são significativas na formação e aprendizagem de professores e alunos, em uma escola vista como um ambiente educativo:

[...] as práticas administrativas, as formas de relacionamento, entre os alunos, professores e funcionários, organização do tempo escolar, modos de resolver problemas, espaço físico e equipamentos, relações que acontecem sala de aula, pátio e corredores, tudo tem uma função eminentemente educativa.

Mesmo avaliando de forma positiva o trabalho dos professores, alguns alunos não explicitam possíveis dificuldades de aprendizagem, ao demonstrar uma apatia ou desinteresse no momento da exposição dos conteúdos e demais atividades em sala, já que poucos são os alunos que procuram posteriormente o auxílio dos professores ou demonstram interesses de aprofundar questões discutidas em sala.

Sobre o espaço físico da escola, muitas são as reclamações devido à precária estrutura das salas de aula. Isso se dá em função das condições climáticas – falta de ventilação, sujeira, barulho, quadros e cadeiras em estado de deterioração e em pouco número –, bem como da falta de material didático, de merenda escolar e ainda de banheiros e espaços de socialização inutilizados pela falta de limpeza ou mau uso por parte de alguns alunos. As reclamações se voltam para a organização do trabalho escolar, ao apontar como falhas a demora na entrega de documentos, a ineficiente busca por informações, a comunicação ineficaz, sendo que as atividades ficam a cargo da direção, já que na escola há poucos funcionários destinados às áreas administrativa e pedagógica, ausência suprida por alguns professores que se dispõem a ajudar e atuam nas áreas como coordenadores e apoio técnico.

Essas inquietações provocam reflexões sobre a importância de se ter uma correlação de fatores para que a escola consiga cumprir uma das suas funções, que é garantir o direito à educação por meio de um ensino de qualidade, num espaço organizado que possibilite condições favoráveis para que esse objetivo seja alcançado. Libâneo (2013, p. 91) define que esse objetivo é explicitado numa organização escolar que favorece e assegura as melhores condições de realização da aprendizagem dos alunos e do trabalho docente, ao defender que:

A escola é uma instituição social com objetivos explícitos: o desenvolvimento das potencialidades dos alunos através de conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores). Há, assim, uma interdependência entre os objetivos e funções da escola e a organização e gestão do processo de trabalho na escola, de forma que os meios estejam em função dos objetivos.

Deve-se considerar que a maioria desses alunos, durante o Ensino Médio, se deparam com situações responsáveis por interferências e interrupções nos estudos, seja devido ao cotidiano familiar ou à necessidade de buscar um emprego. Deve-se citar que os aspectos referentes ao seu convívio escolar demonstraram as dificuldades dos alunos em conciliar os problemas no convívio particular com sua formação escolar.

A ausência da família na escola, como também no acompanhamento da vida dos filhos, é preocupante, já que a família representa a primeira fonte de informações e representações sobre o mundo e referência de socialização. Isso reflete o quadro de violência presenciado nas escolas: agressões verbais e físicas, desrespeito e desinteresse pelos estudos. Essa ausência sinaliza as dificuldades de pais em conciliar as obrigações do mundo do trabalho com a administração do lar; conseqüentemente, isso, muitas vezes, ocasiona a postura de transferência de obrigações, ao alegarem que cabe somente à escola a responsabilidade de educar os filhos.

Interpretar os dados somente por seus elementos quantitativos, sem um entrelaçamento com a realidade pesquisada, leva a análises limitadas e distantes da realidade que se pretende conhecer e explicar. Contudo, relacionar as informações colhidas e relacioná-las com o contexto observado, no caso a escola, é de grande importância para se traçarem novas possibilidades de compreensão da complexidade do problema da infrequência.

Assim, o problema da infrequência abarca diversas causas, como problemas particulares, econômicos, familiares, dificuldades de relacionamento, de aprendizagem, desmotivação, aspectos físicos e organizacionais da escola. Essas causas apontam para a forma como os alunos encaram essa diversidade de causas e como elas serão traduzidas para o ambiente escolar, revelando um dos grandes desafios para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas do Brasil.

#### **4 RESULTADOS OBTIDOS**

Atentar para o problema da infrequência é de grande importância para as discussões sobre os diversos desafios impostos não somente às instituições escolares, mas também às instituições públicas e família. Faz-se necessário conscientizar que a educação é uma responsabilidade de toda a sociedade, como

postula a legislação brasileira, que deve envolver os sujeitos sociais em uma convergência de esforços que resolvam essa problemática.

Diante das exposições sobre o quadro da infrequência, é imprescindível a construção de alternativas e estratégias para diminuir e erradicar o problema da infrequência.

Deve-se refletir sobre a escola como uma instituição social que pressupõe objetivos sociais, nas práticas de organizações administrativas e pedagógicas. Essas concepções apontam para o contexto em que a escola está inserida, o qual dita o perfil dos alunos, professores, metodologias, entre outros, que participam da estrutura escolar.

Conhecer a escola em seus diversos aspectos auxilia na elaboração e execução de projetos que visam à melhoria da sua missão de educar e oferecer uma formação científica, tecnológica e humana. O conhecimento do ambiente escolar oferece fundamentos para a resolução das problemáticas e desafios que, ao serem superados, garantam o cumprimento do papel social da escola.

A escola analisada, neste trabalho, é composta por alunos de famílias carentes, com condições econômicas e sociais desfavoráveis, com um histórico educacional agravado por situações de exclusão social. Esse perfil impõe aos professores e demais profissionais educacionais, a construção de uma escola que acolha e ofereça um ensino que possibilite um ajustamento dessas carências educacionais e de um espaço harmonioso entre os sujeitos sociais.

Com essas informações, sugere-se uma proposta pedagógica, cujas medidas diminuam ou erradiquem a infrequência na escola submetida ao estudo. Essas medidas visam ao resgate de alunos que apresentam frequência baixa nas aulas ou se encontram em situação de abandono escolar e afastamento prolongado, por meio de atividades de cunho preventivas que promovam a inserção desses alunos e a regularização da frequência escolar.

Inicialmente, sugere-se uma reunião com todos os profissionais educacionais, para a exposição do problema da infrequência e o levantamento das possíveis causas já indicadas pelos registros da frequência e demais documentos. Posteriormente, conscientizar a gravidade dessa problemática e a necessidade de uma ação conjunta que envolva escola, família e instituições públicas que ofereçam assistência neste assunto, caso seja necessário.

Neste momento, recomenda-se a identificação dos alunos considerados infrequentes e os dados pessoais de cada um. Por meio dessas informações, serão elaboradas planilhas de controle de frequência desses alunos, preenchidas pelos professores durante as aulas e entregues para a Supervisão escolar ou profissionais que atuam nesta função na referida escola.

Caso o aluno apresente uma grande quantidade de faltas e a situação de infrequência persista, a escola entrará em contato com a família, por meio telefônico, fichas de acompanhamento, entre outros documentos. A presença da família e o conhecimento da situação de infrequência do filho são importantes para que se identifiquem as causas e as medidas para solucionar o problema.

Os esforços advindos da escola refletem uma postura comprometida em despertar no aluno a importância dos estudos para sua vida e que garantam desenvolvimento pautado numa formação de qualidade. Objetivam também aproximar a família da escola, pois o envolvimento dos familiares na vida e escolarização dos filhos é benefício que auxilia numa educação plena, especialmente no combate a problemáticas como a infrequência escolar.

Essa proposta partiu da constatação na escola da gravidade da infrequência na aprendizagem dos alunos e da pouca participação das famílias no acompanhamento da vida escolar dos filhos. Observou-se na convivência e nos diversos casos ocorridos, nesta escola, que o retorno esperado por parte da família, até mesmo quando solicitada, não ocorre com seu comparecimento na escola nem com sua responsabilidade frente à questão da infrequência e outros problemas.

Entende-se que a infrequência escolar será amenizada ou solucionada por meio da conscientização dos profissionais da educação, assim como dos alunos e suas famílias, num posicionamento crítico quanto à gravidade e às consequências danosas à educação. Uma ação conjunta, consciente e responsável, possibilitará a efetividade do direito à educação, à construção de uma escola de qualidade e a um ensino que possibilite a formação dos educandos como cidadão e para o mundo do trabalho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema da infrequência mostra-se extremamente prejudicial ao processo ensino-aprendizagem, problemática antes limitada à Educação de Jovens e Adultos (EJA), abrange o ensino regular que, no caso do ensino médio, interfere numa fase decisiva para o aluno, com relação ao seu futuro educacional, cidadão e profissional. A infrequência é considerada uma preocupação nacional nas discussões e pesquisas educacionais e afeta principalmente estudantes de classes sociais mais carentes.

O embate entre as conquistas da educação brasileira e o problema da infrequência prejudica a efetivação do direito à educação, permanência do aluno na escola e prosseguimento nos estudos. Além disso, impede que alunos em situação de baixa frequência não desfrutem de um direito advindo de reivindicações e lutas conquistadas ao longo da história.

A infrequência pode gerar outros problemas observados nas escolas públicas do país, como a evasão, que resulta no abandono dos estudos, uma atitude crescente por parte de alunos que por diversas razões interrompem seus estudos. Essa face demonstra a falta de alternativas para solucionar os problemas, seja pela insuficiência de informações no acompanhamento dos alunos, seja pela ausência da família na escola.

Assim, a infrequência dos alunos pesquisados neste trabalho apresenta diversas causas, como problemas de motivação, de aprendizagem, advindos de uma estrutura escolar, nos aspectos físico, administrativo e pedagógico, que se apresentam desestimulantes para os alunos. Além disso, citam-se os problemas de ordem particular: a necessidade de trabalhar em detrimento dos estudos, pelas condições financeiras da família; a ausência dos pais como suporte para os desafios da vida; os dilemas e a falta de perspectivas sociais.

Entende-se que o problema da infrequência não diz respeito exclusivamente às instituições escolares, pois não se pode deixar como responsabilidade somente da escola a obrigação de resolvê-lo. É indispensável uma ação conjunta dos pais, profissionais da educação, comunidade e família, na busca de alternativas que visam à conscientização da importância da educação, da

presença da família na formação de filhos e o entendimento de que a educação não se restringe aos livros didáticos, mas se baseia naquilo que a vida tem a ensinar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 30 ago. 2014.

COSTA SILVEIRA, Olívia Maria; TIBIRIÇA, Leila. **Desistência e infrequência escolar de jovens: desafios para as políticas educacionais**. 2010. Disponível em: [www.unicap.br/jubra/wp-content/.../10/Trabalho\\_2070004410\\_1.pdf](http://www.unicap.br/jubra/wp-content/.../10/Trabalho_2070004410_1.pdf). Acesso em: 12 ago. 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Heccus, 2013.

NASCIMENTO, Manoel Nelito M. Ensino Médio no Brasil: determinações históricas. **Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 77-87, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/594/581>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (Org.). **Organização do ensino no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2002.

PINTO, José Marcelino de Resende. O Ensino Médio. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (Org.). **Organização do ensino no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2002.

QUEIROZ, Cíntia Marques de et al. **Evolução do Ensino Médio no Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EP07.pdf> >. Acesso em: 20 set. 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios em administração**. São Paulo: Atlas, 2003.